



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Assessor Especial
Nível do Cargo ou Função	CCE 2.15
Órgãos ou Entidade	Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	Assessorar o Ministro de Estado nos temas relacionados à atuação da pasta.
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	Atividade de assessoria, não envolve coordenação de equipe.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
Critérios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 19 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>3 - Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	Formação superior compatível; Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito de um Gabinete Ministerial.
Competências Desejáveis	Capacidade de articulação intra e interministerial; Visão sistêmica e estratégica do órgão; Experiência em políticas públicas sociais;
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Diretor de Programa
Nível do Cargo ou Função	CCE 3.15
Órgãos ou Entidade	Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	1 -Supervisionar e monitorar as ações estratégicas no ambito Ministério; 2 - Gerir/promover a formulação e a implementação do planejamento estratégico do Ministério e participar da definição das prioridades dos programas e planos de investimentos; e 3 - Propor a aprovação dos instrumentos de planejamento, de delegação, e de prestação de serviços, quando couber
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	Auxiliar, no que couber, a gestão da equipe, de forma a dirigir, controlar, supervisionar, planejar e orientar a execução das atividades demandadas.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
Crítérios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 19 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>3 - Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	Formação superior compatível; Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.
Competências Desejáveis	Experiência gerencial na administração pública; Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério; Capacidade de articulação em equipe.
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Assessor
Nível do Cargo ou Função	CCE ou FCE13
Órgão ou Entidade	Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	Incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
Critérios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 18 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>3 - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito do Ministério.</p> <p>Visão sistêmica e capacidade de integração entre as diversas áreas do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Capacidade de articulação intra e interministerial;</p> <p>Visão sistêmica e estratégica do órgão;</p> <p>Experiência em políticas públicas sociais.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	<p>Conhecimento dos sistemas estruturantes.</p>



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Chefe de Gabinete
Nível do Cargo ou Função	CCE 1.15
Órgãos ou Entidade	Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do respectivo Gabinete;</li><li>2. organizar a agenda do respectivo Gabinete;</li><li>3. praticar os atos de administração geral do respectivo Gabinete;</li><li>4. atender às partes interessadas em assuntos a cargo do respectivo Gabinete; e</li><li>5. organizar o despacho de processos, documentos e expedientes e dar encaminhamento aos assuntos tratados no respectivo Gabinete.</li></ol>
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
CrITÉrios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 18 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>3 - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito de um Gabinete;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Experiência gerencial na administração pública;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério;</p> <p>Capacidade de articulação em equipe.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Gerente de Projeto
Nível do Cargo ou Função	CCE 3.13 ou FCE 3.13
Órgão ou Entidade	Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Planejar, coordenar e monitorar projetos estratégicos;</li><li>2. Elaborar planos de trabalho, cronogramas e indicadores;</li><li>3. Acompanhar execução dos projetos;</li><li>4. Produzir relatórios gerenciais;</li><li>5. Articular com áreas internas e externas;</li><li>6. Garantir conformidade normativa.</li></ol>
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	Coordenação técnica de equipe multidisciplinar; Gestão de prazos, riscos e entregas; Supervisão funcional quando aplicável.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
CrITÉrios Gerais	Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Critérios Específicos	<p>Conforme art.18 do Decreto nº 10.829 de 05/10/2021:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função.</li> <li>2. Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, 4 (quatro) anos.</li> <li>3. Ter concluído ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas.</li> <li>4. Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.</li> </ol>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	Formação superior compatível; Experiência em gestão de projetos;
Competências Desejáveis	Comunicação institucional; Gestão por resultados.
Outros Requisitos Desejáveis	<p>Habilidades de comunicação, negociação e interlocução pessoal; Visão sistêmica e estratégica do órgão; Capacidade de articulação intra e interinstitucional; Conhecimento dos sistemas estruturantes; Experiência em políticas públicas.</p>



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Coordenador-Geral
Nível do Cargo ou Função	CCE 1.13
Órgãos ou Entidade	Coordenação-Geral de Cerimonial e Agenda/Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none"><li>1. planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;</li><li>2. assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;</li><li>3. opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;</li><li>4. praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e</li><li>5. desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.</li></ol>
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
CrITÉrios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Isonomia moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 18 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>3 - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito da Coordenação;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Experiência gerencial na administração pública;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais da Coordenação;</p> <p>Capacidade de articulação em equipe.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Assuntos Administrativos  
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
Coordenação de Administração de Pessoas

<b>PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO</b>	
Nome do Cargo ou Função	Coordenador-Geral
Nível do Cargo ou Função	CCE 1.13
Órgãos ou Entidade	Coordenação de Apoio de Assuntos Técnico-Administrativos/Gabinete-GM
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none"><li>1. planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;</li><li>2. assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;</li><li>3. opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;</li><li>4. praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e</li><li>5. desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.</li></ol>
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
CrITÉrios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Isonomia moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 18 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>3 - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito da Coordenação;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Experiência gerencial na administração pública;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais da Coordenação;</p> <p>Capacidade de articulação em equipe.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.